JUSTIÇA ELEITORAL ABRE CADASTRO PARA MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS NAS ELEIÇÕES DE 2026 PÁG. 3

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 12 • Quarta-Feira, 13 de maio de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos



GANHE O MUNDO: INSCRIÇÕES ABERTAS PARA DUAS MIL VAGAS DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL PÁG. 3

ARTIGO



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

REFORMA DO JUDICIÁRIO NO BRASIL

Cratera na BR-101 provoca caos no trânsito e expõe fragilidade da rodovia após chuvas PÁG. 2



Olinda afunda na violência e escancara o fracasso da gestão Mirella PÁG. 2

Brasil lança programa de R$ 11 bilhões para combater facções e crime organizado PÁG. 2



UPE abre seleção para Escolas de Aplicação com 331 vagas em quatro cidades de Pernambuco PÁG. 3



Cetran reconhece patinetes no Recife e cobra regras para circulação e segurança PÁG. 5



Raquel volta a Brasília para buscar recursos após avanço das chuvas em Pernambuco PÁG. 4



Rede municipal do Recife enfrenta demora na distribuição de fardamentos escolares PÁG. 3

Cratera na BR-101 provoca caos no trânsito e expõe fragilidade da rodovia após chuvas



Motoristas enfrentaram um cenário de congestionamento e lentidão na manhã da ultima segunda-feira (11) após a abertura de uma cratera na BR-101 Sul, em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife. O problema interditou totalmente o km 86 da rodovia e provocou retenções superiores a 10 quilômetros no sentido Cabo de Santo Agostinho.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o asfalto cedeu entre as duas faixas principais da pista, obrigando o desvio do tráfego pelo acostamento. A medida, no entanto, não conseguiu absorver o volume de veículos, agravando o congestionamento desde o km 75, na altura do Ibura.

A interdição afetou diretamente o deslocamento de trabalhadores, motoristas de carga e pessoas que seguem em direção ao Litoral Sul e ao Complexo Industrial de Suape, um dos principais polos econômicos de Pernambuco.

A situação também reacende o debate sobre a vulnerabilidade da infraestrutura viária da Região Metropolitana durante períodos de chuva intensa. Nos últimos dias, órgãos federais já haviam alertado para riscos em trechos da BR-101 devido ao excesso de precipitações e à instabilidade do solo.

De acordo com a PRF, não há previsão para liberação total da pista. As chuvas contínuas preocupam as autoridades porque podem ampliar a erosão e aumentar o tamanho da cratera, dificultando ainda mais os trabalhos de recuperação.

Como rota alternativa, os motoristas foram orientados a utilizar a antiga BR-101, passando por Pontezinha e Ponte dos Carvalhos. Mesmo assim, o reflexo no trânsito já atingia diferentes corredores viários da Região Metropolitana ao longo da manhã.

O episódio ocorre em meio a uma sequência de transtornos provocados pelas chuvas em Pernambuco, que já causaram deslizamentos, alagamentos e danos à infraestrutura urbana e rodoviária em diferentes cidades do estado.

Olinda afunda na violência e escancara o fracasso da gestão Mirella



A cidade histórica de Olinda, conhecida mundialmente pela cultura e pelo patrimônio histórico, hoje convive com outro retrato: medo, abandono e insegurança. Dados divulgados pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) colocam o município dentre os mais violentos do Estado em número de mortes violentas intencionais e casos de violência contra a mulher.

Entre janeiro e abril deste ano, foram registradas 44 mortes violentas na cidade, um aumento de 15,7% em relação ao mesmo período do ano passado, indo na contramão da redução apresentada em Pernambuco. O cenário alarmante levou o MPPE a cobrar da Prefeitura de Olinda e das forças de segurança um mapeamento urgente das áreas mais perigosas da cidade.

A situação expõe não apenas a fragilidade da atual gestão da prefeita Mirella Almeida, mas também uma herança administrativa deixada pelo ex-prefeito Professor Lupércio. A sensação de abandono se espalha dos bairros turísticos às periferias, onde moradores convivem diariamente com assaltos, homicídios, tráfico e ausência do poder público.

Mesmo com investimentos anunciados para a Guarda Municipal, o sentimento nas ruas é de que a estrutura continua insuficiente diante da escalada da violência. O próprio MPPE reconheceu a necessidade de reforçar ações nas chamadas "áreas quentes" da criminalidade.

O advogado e líder do movimento Resiste Olinda, Antônio Campos, criticou duramente o cenário enfrentado pela cidade.

"***Olinda vive um colapso administrativo e social. A cidade perdeu capacidade de planejamento, de prevenção e de autoridade. A população está acuada, enquanto a prefeitura parece distante da realidade das ruas***", afirmou.

Antônio Campos também responsabilizou a continuidade política entre as gestões.

"A atual gestão herdou problemas graves do governo Lupércio, mas até agora não apresentou respostas concretas para enfrentar a violência e o abandono urbano. Olinda está sem rumo", declarou.

Além da violência, moradores denunciam problemas crônicos de iluminação precária, ocupação desordenada, falta de políticas públicas para juventude e sucateamento de equipamentos urbanos, fatores que ajudam a ampliar a sensação de insegurança em diversos bairros da cidade.

Enquanto Recife e outras cidades da Região Metropolitana apresentam redução nos índices de homicídios, Olinda segue acumulando estatísticas negativas e cobrando da população um preço alto pela falta de planejamento e de ação efetiva do poder público.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Brasil lança programa de R$ 11 bilhões para combater facções e crime organizado

DIVULGAÇÃO



O governo federal lançou nesta terça-feira o programa "Brasil Contra o Crime Organizado", pacote de medidas voltado ao enfrentamento de facções criminosas e ao fortalecimento da segurança pública no país. A iniciativa prevê R$ 11 bilhões em investimentos, sendo R$ 1 bilhão do Orçamento da União e R$ 10 bilhões em financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinados aos estados.

Segundo o Palácio do Planalto, o programa foi estruturado em parceria com governos estaduais, especialistas e forças de segurança pública. A proposta tem como foco desarticular as bases econômicas, operacionais e sociais das organizações criminosas em atuação no país.

O pacote será dividido em quatro eixos principais: combate às finanças das facções, reforço da segurança no sistema prisional, ampliação da capacidade de investigação de homicídios e enfrentamento ao tráfico de armas. As medidas devem ser formalizadas por meio de decreto presidencial e quatro portarias do governo federal.

Os estados precisarão aderir ao programa para ter acesso às linhas de financiamento do BNDES. A expectativa do governo é ampliar a integração entre União e estados nas ações de segurança pública.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que uma das prioridades do governo é atingir a estrutura financeira das facções criminosas. "Nós precisamos destruir o potencial financeiro do crime organizado e das facções", declarou.

Na mesma declaração, Lula comparou a atuação de grupos criminosos a empresas internacionais. "Eles hoje viraram, em alguns casos, empresas multinacionais. Eles estão em vários países, no futebol, na política, no meio empresarial, estão em todo lugar, no poder Judiciário", afirmou.

Ganhe o Mundo: Inscrições abertas para duas mil vagas de intercâmbio internacional

Destinos dos estudantes para o intercâmbio serão Argentina, Espanha, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido

O Programa Ganhe o Mundo (PGM) está com inscrições abertas para duas mil vagas de intercâmbio internacional para estudantes do ensino médio da rede estadual. Do total, 1.400 vagas são voltadas para a língua inglesa, com destinos nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, enquanto as outras 600 vagas serão destinadas aos estudantes que optarem pelo espanhol, com intercâmbios na Argentina e na Espanha. As inscrições seguem abertas até às 23h59 do dia 16 de junho. O processo seletivo é realizado pelo Instituto Igeduc, por meio do site igeduc.selecao.net.br.



Nesta edição, o programa também garantirá uma oferta mínima de duas vagas para cada um dos 184 municípios pernambucanos e para o Arquipélago de Fernando de Noronha, sendo uma oportunidade destinada a cada idioma. O processo seletivo passa a contar, nesta edição, com três etapas. A primeira consiste na verificação dos requisitos previstos em edital, a segunda corresponde à aplicação das provas objetiva e subjetiva, marcadas para o dia 5 de julho, já a terceira etapa será composta por entrevista psicossocial.

O secretário estadual de Educação, Gilson Monteiro, enfatizou que o PGM não beneficia somente os participantes, mas impacta e muda também a história das famílias. "Nosso compromisso é garantir que esses jovens retornem do intercâmbio ainda mais preparados para contribuir com o desenvolvimento de Pernambuco", pontuou o titular da pasta.

Para participar, os candidatos devem preencher os dados solicitados no ato da inscrição. Nesta edição do PGM, a seleção será realizada por idioma e o estudante deverá indicar apenas o país de preferência. A escolha, porém, não garante a destinação para esse país, que dependerá da classificação final no processo seletivo, de modo que os candidatos com melhor desempenho terão prioridade na alocação para os destinos indicados.

O PGM proporciona aos estudantes uma experiência enriquecedora no exterior, promovendo o desenvolvimento acadêmico e cultural dos participantes. Os selecionados vão cursar o correspondente a um semestre letivo (média de 18 semanas, de acordo com o país de destino), em escola de nível médio de um dos países. Além disso, o Governo de Pernambuco garante bolsas de manutenção aos alunos durante a estadia fora do país.

UPE abre seleção para Escolas de Aplicação com 331 vagas em quatro cidades de Pernambuco

A Universidade de Pernambuco abriu as inscrições para o processo seletivo de 2027 das Escolas de Aplicação mantidas pela instituição no Recife, Nazaré da Mata, Garanhuns e Petrolina. Ao todo, estão sendo ofertadas 331 vagas para estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio.



Segundo a universidade, são 242 vagas destinadas ao Ensino Fundamental e 89 ao Ensino Médio. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, no site do Processo de Ingresso da UPE, até 9 de junho. A taxa de inscrição é de R$ 115.

Os candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), por meio do Número de Identificação Social (NIS), além de dependentes de servidores da universidade, poderão solicitar isenção da taxa entre os dias 11 e 18 de maio. As provas estão previstas para 2 de novembro, no turno da manhã, nas cidades onde funcionam as unidades das Escolas de Aplicação. O local será definido de acordo com a opção escolhida no momento da inscrição.

A divulgação do resultado final deve ocorrer até 18 de dezembro.

De acordo com o manual do candidato, podem participar estudantes de escolas públicas e privadas. Para disputar uma vaga no 6º ano, o aluno deverá ter concluído o 5º ano do Ensino Fundamental até o ato da matrícula. Já os candidatos ao 1º ano do Ensino Médio precisam ter concluído o 9º ano.

O edital completo e o cronograma da seleção estão disponíveis no portal da UPE.

Justiça Eleitoral abre cadastro para mesários voluntários nas eleições de 2026

Os Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país abriram inscrições para ampliar o cadastro de mesários voluntários que irão atuar nas eleições gerais de 2026, previstas para outubro. O objetivo da Justiça Eleitoral é reforçar o quadro de colaboradores responsáveis pelo funcionamento das seções eleitorais durante o pleito.



Os interessados podem se cadastrar de forma permanente nos canais da Justiça Eleitoral, inclusive pelo aplicativo e-Título e pelos sites dos TREs estaduais. Em Pernambuco, as inscrições também estão disponíveis no portal do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Os mesários atuam na organização da votação, identificação dos eleitores, operação das urnas eletrônicas e encerramento dos trabalhos nas seções eleitorais. A função pode ser exercida por eleitores maiores de 18 anos que estejam em situação regular com a Justiça Eleitoral.

Entre os benefícios oferecidos estão o direito a dois dias de folga para cada dia trabalhado e treinado, sem desconto salarial, além de auxílio-alimentação pago pela Justiça Eleitoral. Universitários também podem converter as horas de trabalho em atividades complementares, dependendo de convênio firmado entre instituições de ensino e os tribunais eleitorais.

A campanha nacional de convocação foi lançada pelo Tribunal Superior Eleitoral em março e tem foco na ampliação do número de voluntários, especialmente entre os jovens. O material vem sendo divulgado em emissoras de rádio, televisão e redes sociais.

Segundo a Justiça Eleitoral, não podem atuar como mesários candidatos, parentes de candidatos até segundo grau, integrantes de diretórios partidários com função executiva, autoridades públicas, agentes policiais e pessoas vinculadas ao serviço eleitoral.

Rede municipal do Recife enfrenta demora na distribuição de fardamentos escolares



A Prefeitura do Recife ainda não concluiu a entrega dos fardamentos escolares da rede municipal quase três meses após o início do ano letivo de 2026. Dados da própria Secretaria de Educação apontam que apenas cerca de 53% dos uniformes haviam sido distribuídos até o início de maio.

O tema ganhou repercussão após questionamentos feitos por pais de alunos nas redes sociais. A gestão municipal confirmou o atraso e informou que a previsão é concluir a distribuição até 20 de maio.

Segundo nota técnica da Secretaria de Educação do Recife, a entrega dos uniformes está sendo feita de forma gradual nas unidades de ensino, conforme cronograma logístico. O documento afirma que o percentual restante ainda está em fase de execução.

Além dos fardamentos, o fornecimento de kits escolares também virou alvo de cobranças. A secretaria informou que cerca de 100,4 mil kits haviam sido distribuídos, o equivalente a mais de 90% da demanda da rede municipal. Ainda segundo a pasta, restavam 8.522 kits para entrega.

Reportagens publicadas nos últimos meses apontaram dificuldades no processo licitatório dos uniformes e atrasos administrativos na aquisição do material escolar. Dados do sistema público da prefeitura indicaram demora na execução dos contratos e na conclusão de etapas da licitação.

Críticos também questionam os números apresentados pela gestão municipal para a compra dos fardamentos. Segundo informações, a prefeitura realizou uma licitação prevendo mais de 540 mil peças, apesar de a rede municipal ter cerca de 110 mil estudantes matriculados. Além disso, o cronograma adotado pela administração, afirma que apenas metade dos uniformes havia sido entregue e que a licitação só foi concluída no fim de março.

Após ação ajuizada por Antônio Campos e investigação do MPF, Prefeitura de Olinda corre para lançar edital do Mercado da Ribeira

Somente após a repercussão da ação popular ajuizada pelo advogado Antônio Campos e da abertura de investigação pelo Ministério Público Federal, a Prefeitura de Olinda publicou edital para recuperação do Mercado da Ribeira, no Sítio Histórico da cidade.

O anúncio da licitação, no valor de R$ 353 mil, ocorre em meio às denúncias de abandono do patrimônio histórico e após anos de alertas ignorados sobre o risco estrutural do imóvel. Laudos do IPHAN e da Defesa Civil já apontavam problemas graves no mercado há pelo menos dois anos, sem que medidas efetivas fossem executadas pelas gestões municipais.

Durante visita ao local, Antônio Campos encontrou vigas comprometidas pela ação de cupins, infiltrações e risco concreto de colapso da estrutura. Segundo ele, a situação evidencia o que chama de "descaso histórico" das administrações de Professor Lupércio e da atual prefeita Mirella Almeida.

DIVULGAÇÃO



"Foi necessário judicializar, expor publicamente o problema e o MPF agir para que a prefeitura finalmente acordasse. O Mercado da Ribeira poderia ter virado tragédia anunciada", afirmou.

O advogado protocolou ação popular na 12ª Vara Federal de Pernambuco pedindo medidas emergenciais para evitar o desabamento do imóvel histórico, além da apresentação de documentos, prestação de contas e investigação sobre recursos destinados ao equipamento.

A ação também levanta suspeitas sobre a aplicação de verbas públicas que teriam sido destinadas ao mercado ao longo dos últimos anos. Entre os pontos questionados estão possíveis emendas parlamentares, incluindo recursos atribuídos ao deputado Augusto Coutinho.

"Há indícios de recursos disponíveis sem resultado concreto. O mercado ficou abandonado enquanto o patrimônio histórico apodrecia diante dos olhos do poder público", declarou Antônio Campos.

Construído em 1693, o Mercado da Ribeira é um dos equipamentos históricos mais simbólicos de Olinda. Mesmo assim, comerciantes convivem há anos com infiltrações, estruturas deterioradas e medo constante de acidentes.

A prefeitura justificou a demora alegando que a operacionalização dos recursos federais exigiu procedimentos técnicos e administrativos complexos. A explicação, porém, não convence comerciantes nem moradores, que apontam lentidão e falta de prioridade da gestão municipal diante dos alertas sucessivos sobre o risco de desabamento.

Para críticos da administração municipal, o lançamento do edital apenas após pressão judicial e investigação federal reforça a percepção de que faltou ação preventiva tanto na gestão Lupércio quanto na atual gestão Mirella.

"Não estamos falando apenas de abandono físico. Existe também abandono administrativo e político de um patrimônio que representa a história de Olinda", disse Campos.

Além das obras emergenciais, a ação busca responsabilização dos gestores e eventual ressarcimento ao erário caso sejam comprovadas irregularidades no uso dos recursos públicos destinados ao Mercado da Ribeira.

Inflação desacelera em abril, mas alimentos, remédios e combustíveis seguem pressionando o custo de vida



A inflação oficial do Brasil desacelerou em abril, mas a redução no ritmo de alta dos preços ainda está longe de representar alívio para a população. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ficou em 0,67% no mês, abaixo dos 0,88% registrados em março. Apesar disso, itens básicos continuam pressionando o orçamento das famílias brasileiras.

Com o resultado, a inflação acumulada em 2026 chegou a 2,60%. Já nos últimos 12 meses, o índice soma 4,39%, aproximando-se novamente do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Mesmo com a desaceleração do índice geral, os principais aumentos continuam concentrados justamente nos produtos e serviços mais consumidos pela população, especialmente pelas famílias de baixa renda. Alimentação, medicamentos, combustíveis e despesas ligadas à saúde seguem liderando a pressão inflacionária.

O grupo Alimentação e Bebidas teve alta de 1,34% em abril e foi o principal responsável pelo avanço do IPCA. Produtos essenciais apresentaram aumentos significativos, entre eles leite longa vida, cebola, tomate e carnes. O impacto é sentido diretamente no supermercado, onde consumidores relatam dificuldade crescente para manter o padrão básico de consumo.

A alimentação no domicílio avançou ainda mais do que a média geral do grupo. Em muitas regiões do país, itens considerados básicos seguem acumulando aumentos sucessivos desde o início do ano. Economistas avaliam que a persistência da inflação nos alimentos tem relação com fatores climáticos, custos logísticos elevados e impactos da alta dos combustíveis no transporte de mercadorias.

Os medicamentos também pesaram no bolso dos brasileiros. O grupo Saúde e Cuidados Pessoais registrou alta de 1,16%, impulsionado principalmente pelo reajuste autorizado pelo governo federal para os remédios no início de abril. O aumento atingiu especialmente medicamentos de uso contínuo e tratamentos essenciais.

Além da saúde e da alimentação, os combustíveis voltaram a pressionar a inflação. A gasolina subiu 1,86% e teve o maior impacto individual no índice do mês. O aumento afeta diretamente o transporte, o valor do frete e acaba refletindo em diversos setores da economia.

Especialistas apontam que, embora a inflação tenha perdido força em relação aos meses anteriores, a sensação da população é de que o custo de vida continua subindo de forma intensa. Isso acontece porque os reajustes estão concentrados em despesas essenciais, que ocupam maior espaço no orçamento das famílias.

Outro ponto que preocupa economistas é a dificuldade de reduzir a inflação sem desacelerar ainda mais a economia. Para conter a alta dos preços, o Banco Central mantém os juros elevados, medida que reduz o consumo e o acesso ao crédito, mas também impacta investimentos, geração de empregos e crescimento econômico.

Enquanto alguns setores registraram queda de preços, como passagens aéreas e parte dos serviços, o alívio ainda é considerado insuficiente para compensar os aumentos acumulados em alimentação, saúde e transporte.

Os números reforçam o desafio do governo federal em equilibrar crescimento econômico e controle da inflação. Apesar do discurso de recuperação da renda e melhora nos indicadores de emprego, a alta persistente de itens básicos continua afetando principalmente a população de menor renda, que sente de forma mais intensa os efeitos da inflação no dia a dia.

Raquel volta a Brasília para buscar recursos após avanço das chuvas em Pernambuco

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, voltou a Brasília nesta semana em busca de apoio federal e recursos emergenciais para os municípios atingidos pelas fortes chuvas no estado. O cenário de destruição, deslizamentos e milhares de pessoas fora de casa ampliou a pressão sobre o poder público diante da crise climática que atinge principalmente a Região Metropolitana do Recife e cidades da Zona da Mata.

Durante agenda na capital federal, Raquel afirmou que Pernambuco enfrenta um cenário crítico de vulnerabilidade social e urbana. "Temos milhares de pessoas vivendo em áreas de extremo risco", declarou a governadora ao defender a necessidade de mais investimentos para prevenção de desastres e assistência às famílias afetadas.

DIVULGAÇÃO



A governadora participou de reuniões com representantes do governo federal e da Defesa Civil Nacional para discutir ações emergenciais, liberação de verbas e apoio aos municípios que decretaram situação de emergência após os temporais.

As chuvas já deixaram milhares de desalojados e desabrigados em Pernambuco, além de provocar mortes, deslizamentos de barreiras, alagamentos e danos à infraestrutura urbana em diversas cidades. Municípios da Região Metropolitana seguem em estado de atenção diante da previsão de continuidade das precipitações nos próximos dias.

A tragédia em Olinda, onde uma mãe e o filho de seis meses morreram após o deslizamento de uma barreira, aumentou a cobrança por investimentos em contenção de encostas e políticas permanentes de habitação. Estudos técnicos já haviam alertado sobre o alto risco em diversas áreas da cidade antes do acidente.

Segundo o governo estadual, os recursos solicitados à União devem ser direcionados para assistência humanitária, recuperação de áreas afetadas, obras emergenciais e ações preventivas em municípios considerados mais vulneráveis.

A situação também reacende o debate sobre ocupação irregular de encostas, falta de infraestrutura urbana e ausência histórica de investimentos suficientes em prevenção de desastres em Pernambuco. Especialistas alertam que o problema se agrava diante do crescimento desordenado das cidades e do aumento de eventos climáticos extremos.

Enquanto o governo busca apoio federal, milhares de famílias seguem convivendo com medo de novos deslizamentos, perdas materiais e riscos provocados pelas chuvas em áreas de morro e comunidades vulneráveis.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

REFORMA DO JUDICIÁRIO NO BRASIL

O debate sobre a reforma do Judiciário no Brasil voltou ao centro das discussões nacionais. Trata-se de um tema essencial para o fortalecimento das instituições democráticas e para a consolidação do Estado de Direito. Não se deve fulanizar o debate, transformando-o em disputas pessoais ou políticas, mas tratá-lo de forma técnica, equilibrada e imparcial, buscando um Judiciário mais célere, eficiente e harmônico.

O Poder Judiciário brasileiro exerce papel fundamental na garantia da Constituição, na proteção dos direitos fundamentais e na estabilidade institucional do país. Entretanto, a morosidade processual, a excessiva judicialização e a concentração de decisões relevantes em poucos atores têm provocado críticas de diversos setores da sociedade.

O Poder Legislativo, por sua vez, frequentemente critica o Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal. Contudo, muitas dessas críticas não têm sido acompanhadas de iniciativas legislativas consistentes voltadas à modernização estrutural do sistema judicial brasileiro. Reformar o Judiciário exige responsabilidade institucional, estudo técnico e amplo debate democrático.

Historicamente, importantes mudanças ocorreram por meio de Propostas de Emenda Constitucional. A PEC 45, que resultou na Reforma do Judiciário de 2004, teve como uma de suas principais inspirações o jurista e parlamentar Hélio Bicudo. Essa reforma criou o Conselho Nacional de Justiça, ampliou mecanismos de controle e fortaleceu instrumentos de eficiência administrativa.

Outro exemplo relevante foi a chamada PEC da Bengala, iniciativa associada ao senador Pedro Simon, que ampliou a idade da aposentadoria compulsória dos ministros dos Tribunais Superiores. A medida alterou significativamente a dinâmica institucional do Judiciário brasileiro.

Esses exemplos demonstram que a iniciativa de reformas estruturais no Judiciário brasileiro geralmente nasce no Poder Legislativo, por meio de Propostas de Emenda Constitucional. O processo exige discussão em comissões temáticas, votação em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, além da promulgação pelo Congresso Nacional.

Qualquer mudança estrutural relacionada ao Supremo Tribunal Federal também depende de emenda constitucional. Por isso, o debate deve ser conduzido com serenidade, equilíbrio e respeito às instituições republicanas.

Uma das propostas atualmente discutidas é a limitação temporal das decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal. Pela sugestão, decisões individuais dos ministros teriam validade de apenas quinze dias, devendo ser apreciadas pelo colegiado nesse prazo, sob pena de perderem eficácia. A medida busca fortalecer a colegialidade, evitar insegurança jurídica e promover maior harmonia nas decisões da Suprema Corte. O objetivo não seria enfraquecer o STF, mas aperfeiçoar seus mecanismos internos, garantindo maior previsibilidade institucional e reduzindo a excessiva concentração decisória em medidas individuais.

Experiências internacionais podem servir como referência para o Brasil. O Tribunal Constitucional Federal da Alemanha é frequentemente citado como modelo de independência, equilíbrio e respeito institucional. A Corte atua como verdadeira guardiã da Constituição alemã, julgando a compatibilidade das leis e protegendo direitos fundamentais.

Na Alemanha, cidadãos, partidos políticos e instituições podem apresentar petições diretas ao Tribunal Constitucional. Suas decisões possuem força normativa relevante e exercem forte influência sobre a organização do Estado e da sociedade. A credibilidade da Corte decorre da estabilidade institucional, da previsibilidade jurídica e do elevado respeito ao colegiado.

O Brasil precisa amadurecer esse debate de forma democrática. Reformar o Judiciário não significa atacar instituições, mas aperfeiçoá-las. A construção de um sistema judicial mais eficiente, técnico e equilibrado interessa a toda a sociedade brasileira.

É necessário um projeto consistente, baseado no diálogo entre os Poderes, na participação da sociedade civil, da academia, da advocacia e das entidades representativas do sistema de Justiça. O fortalecimento institucional do país depende de reformas sérias, responsáveis e comprometidas com a Constituição.

O desafio brasileiro não está em enfraquecer o Judiciário, mas em torná-lo mais rápido, transparente, previsível e harmonioso, preservando sempre sua independência e sua função essencial na democracia, ou seja, fortalecer o seu poder institucional.

Recife, 11 de maio de 2026.

Antônio Campos
Advogado e escritor

Secretaria de Saúde afirma que Pernambuco não tem registro de hantavírus e descarta risco de surto

A Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco descartou a possibilidade de surto de hantavírus no estado e classificou o risco como mínimo, mesmo após a confirmação de casos recentes da doença no Brasil e no exterior.

O alerta sobre o vírus ganhou repercussão após a confirmação da primeira morte no país em 2026 e de um surto registrado em um navio de cruzeiro, episódios que levantaram preocupação sobre a disseminação da doença. Segundo a pasta, Pernambuco

FOTO: CRYSLI VIANA/DP



não integra áreas de risco para hantavirose e nunca registrou casos ou mortes pela doença.

O diretor-geral de Vigilância Ambiental, Eduardo Bezerra, afirmou que o cenário local é distinto de regiões onde há circulação do vírus. "É uma doença de áreas silvestres e rurais. Há alguns anos, a Fiocruz Pernambuco realizou pesquisas com roedores em regiões propícias e não encontrou nenhum animal infectado", disse.

A transmissão do hantavírus ocorre principalmente pelo contato com secreções de roedores silvestres, como fezes, urina e saliva. A infecção entre pessoas é considerada rara e está associada a variantes específicas que não circulam no Nordeste. Sobre o episódio envolvendo um cruzeiro internacional, Bezerra classificou o caso como isolado e com baixa probabilidade de repercussão fora daquele ambiente. "Não é uma doença de fácil contágio entre pessoas. O que houve no cruzeiro dificilmente terá repercussão fora dele", afirmou.

A SES-PE informou ainda que mantém protocolos de vigilância e resposta para eventuais suspeitas, embora reforce que o risco de disseminação no estado é considerado baixo.

Cetran reconhece patinetes no Recife e cobra regras para circulação e segurança

O Conselho Estadual de Trânsito de Pernambuco aprovou uma nota técnica reconhecendo a operação dos patinetes elétricos compartilhados no Recife e recomendando que a capital e outros municípios regulamentem o serviço. O documento reúne orientações sobre circulação, segurança, fiscalização e uso dos equipamentos em áreas urbanas.

A manifestação do Cetran ocorre em meio ao aumento das discussões sobre os patinetes elétricos na cidade, após registros de acidentes, uso irregular e questionamentos judiciais envolvendo o sistema implantado pela Prefeitura do Recife.

DIVULGAÇÃO



Entre as recomendações, o conselho defende que os municípios estabeleçam regras claras para circulação, estacionamento e fiscalização dos equipamentos, além de campanhas educativas voltadas aos usuários. O órgão também orienta que sejam definidos limites de velocidade, áreas permitidas para tráfego e medidas para evitar conflitos com pedestres.

O documento ainda recomenda atenção ao uso por menores de idade, utilização inadequada nas calçadas e estacionamento em locais que dificultem a circulação de pessoas. O tema tem gerado críticas de moradores e autoridades desde o início da operação dos patinetes compartilhados no Recife.

A discussão sobre regulamentação ganhou força após ações judiciais e propostas legislativas apresentadas nas últimas semanas. Em abril, o vereador Paulo Muniz acionou a Justiça pedindo a suspensão temporária do serviço, alegando falhas de fiscalização e riscos à segurança pública.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco, um projeto de lei em tramitação prevê regras estaduais para bicicletas e patinetes elétricos, incluindo limites de velocidade, circulação em ciclovias e exigência de equipamentos de segurança.

O sistema de patinetes elétricos começou a funcionar no Recife em março, em caráter experimental, dentro do programa EITA! Labs, iniciativa municipal voltada ao teste de soluções de mobilidade urbana. Atualmente, os equipamentos estão distribuídos em bairros das zonas Norte, Sul e Centro da capital.